

EDITORIAL

General
José Luiz Pinto Ramalho



O Conselho da União Europeia, de dezembro, ao colocar na Agenda como ponto de discussão a 'Política Comum de Segurança e Defesa' (PCSD), levanta naturais expectativas, uma vez que as decisões sobre esta matéria, nos últimos anos, têm sido pouco assertivas, levando a resultados com pouco significado, quer político quer no domínio operacional e emprego de meios. Embora os "*Battle Group*" sejam uma realidade, não serviram ainda para uma efetiva afirmação militar da União Europeia (UE).

Sobre esta matéria, a Assembleia da República organizou um interessante Seminário, com conferencistas civis e militares, nacionais e estrangeiros que, durante dois dias, debateram os temas da PESD e da PCSD, proporcionando um debate, de onde foi possível extrair quatro grandes grupos de preocupações: a necessidade da construção efetiva e consolidação da PCSD; a oportunidade da sua concretização; a falta de vontade política para esse desiderato, associada à crise financeira e económica europeia e às naturais críticas das opiniões públicas, quanto aos necessários investimentos nesta área; por último, a visão de que a OTAN continuará ser a Organização relevante neste domínio e que será aqui que europeus e americanos continuarão a desenvolver a defesa europeia.

Não se sabendo, naturalmente, qual será a orientação do debate e as conclusões do Conselho Europeu, as preocupações expressas no Seminário da Assembleia da República, dão-nos uma ideia quanto às perspetivas nacionais sobre a matéria que, face ao que se tem construído no quadro da UE, relativamente à PCSD, não será muito diferente dos restantes parceiros europeus, talvez apenas com a exceção da França e do Reino Unido.

No que se refere à necessidade da efetiva capacidade da PCSD, isso decorre da evidente incapacidade da UE para assumir responsabilidades militares significativas, sem o apoio americano, fruto das lacunas de capacidades militares relevantes, da inexistência de reservas de equipamentos e sistemas de armas e de informação, indispensáveis para combater a conflitualidade atual, como foi constatado na situação da Líbia e, mais recentemente, nos avanços e rápidos recuos, no caso da Síria.

Quanto à oportunidade, os incentivos americanos vão nesse sentido, decorrendo de um seu discreto, mas progressivo menor empenhamento na OTAN, numa afirmação de maior interesse estratégico na região Ásia-Pacífico. Por outro lado, há a considerar uma atitude mais proativa em termos políticos e estratégicos por parte da Rússia e da China, e ainda o arco de instabilidade, que se estende da margem sul da Bacia do Mediterrâneo, ao Médio Oriente e ao Irão.

Quanto à falta de vontade política e à atitude das opiniões públicas, estamos perante uma contradição entre o reconhecimento político de uma necessidade e a prática do seu contrário, a par de uma falta de pedagogia política das opiniões públicas, que serve de álibi à inação e que legitima a ausência de decisões neste domínio. Contudo, a sensibilização das opiniões públicas e dos líderes de opinião, para estas questões, é uma responsabilidade política, quer dos Governos quer dos Parlamentos que, pelo resultado final, não tem existido, mas cuja realidade não pode servir de justificação para a situação atual.

Por último, quanto à atitude de conforto europeu que representa a existência e funcionamento da OTAN, deve dizer-se que o facto de a afirmação política da defesa europeia se fazer naquela Organização, constitui uma forma subtil de disfarçar a absoluta indispensabilidade das capacidades militares americanas, exatamente as lacunas operacionais europeias, sempre reconhecidas, mas nunca minoradas, apesar do *“Capability Development Plan”* (CPA), da Agência Europeia de Defesa (EDA) e, mais recentemente, do conceito *“Pooling and Sharing”*.

Por outro lado, para além das insuficiências europeias no domínio militar, no seio da Aliança, não se percebe o que leva os responsáveis europeus a fazerem uma afirmação de maior empenhamento na defesa europeia, a nível OTAN, quando a vontade política e a postura das opiniões públicas, em cada um dos seus países, é aquela que atrás se referiu e nada, que se sinta e veja, está a ser feito para que isso se altere.

O caso nacional é exemplo bem ilustrativo dessa postura política, um discurso político de afirmação europeia, de múltiplas referências aos CPA, EDA e *“Pooling and Sharing”*, mas uma prática, no domínio da política de defesa, que aprova um CEDN que desvaloriza a defesa militar, relativamente às missões de apoio à política externa e as de interesse público e põe em prática uma reforma, que tem como grandes objetivos, menos efetivos, menos sistemas de armas, leia-se menos capacidades militares, incluindo algumas que são lacunas operacionais identificadas a nível europeu, como é o caso do apoio da saúde militar, a mobilidade tática e a disponibilidade de helicópteros.

Resta assim aguardar pelo Conselho Europeu para se poder aquilatar, finalmente, se o discurso político pretende, efetivamente, caminhar no sentido da materialização de uma PCSD, mesmo que de forma faseada, ou se iremos assistir, uma vez mais, a declarações vagas e à eleição de novos conceitos políticos, de interpretação alargada, que legitimem o *“status quo”*, que caracteriza uma UE sem visão estratégica coerente, de duvidosa vontade de defesa, individualista do ponto de vista das políticas de defesa nacionais e incapaz e inapta para se constituir parceiro, nas grandes questões da paz, da segurança e

da estabilidade mundial.